

O PAPEL DOCENTE NO CONTEXTO DA PRÁXIS INCLUSIVA EM SALA DE AULA

THE TEACHING ROLE IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE PRAXIS IN THE CLASSROOM

EL PAPEL DOCENTE EN EL CONTEXTO DE LA PRAXIS INCLUSIVA EN EL AULA

Luciana Costa¹
Jonas Pereira Leal²

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido com base na importância de proporcionar aos professores ferramentas metodológicas, que envolvem a educação inclusiva, como forma de compreender que a família, escola e alunos fazem parte de um mesmo universo e, que é preciso compreender a igualdade e responsabilidade, e demonstrar por meio da legislação, contexto histórico, e metodologias do index da inclusão, a partir do levantamento bibliográfico, sendo possível aplicar a inclusão dentro da sala de aula, utilizando o software *Prodeaf* que faz a tradução do português para libras, o *Wheelmap* que uma empresa alemã desenvolveu com o intuito de localizar ambientes acessíveis para deficientes e o *eSSENTIAL Accessibility*, que funciona para computadores para proporcionar o controle de mouse, teclado ou tela. Dessa maneira, compreendendo o papel do docente na educação inclusiva, é preciso entender como abordar a metodologia e aplicá-la de forma a desenvolver etapas, além de implementar a tecnologia como aliada. Assim, por meio da revisão bibliográfica, foi possível definir uma metodologia baseada nas concepções de Booth e Ainscow (2011), Vygotsky (1989), Freire (2001), Saviani (1991), e assim propor uma aula inclusiva e fundamentada na teoria e prática. Por fim, é possível inferir que, seguindo as etapas que envolvem uma implementação inclusiva nas aulas, proporciona aos alunos, familiares e professores uma estrutura organizacional, eficaz e construtiva.

Palavras-chave: docente; ensino; educação inclusiva.

Abstract

This work was developed based on the importance of providing teachers with methodological tools that involve inclusive education. This approach allows for the understanding that family, school and students are part of the same universe. Furthermore, it facilitates the understanding of the necessity for equality and responsibility. This understanding can be demonstrated using legislation, historical context and inclusion index methodologies. These are based on the bibliographic survey. A geographic survey allows for the implementation of inclusion in the classroom through the utilization of Prodeaf software, which translates Portuguese into Portuguese, Wheelmap, a German company's initiative to identify accessible environments for the disabled, and eSSENTIAL Accessibility, which facilitates computer access through mouse, keyboard or screen control. Considering this, it becomes evident that a comprehensive understanding of the role of the teacher in inclusive education necessitates a clear grasp of the methodology and its effective implementation to facilitate the development of stages, while simultaneously leveraging technology as a strategic ally. Consequently, the literature review enabled the definition of a methodology based on the conceptions of Booth and Ainscow (2011), Vygotsky (1989), Freire (2001), and Saviani (1991). This methodology was then proposed as an inclusive class based on theory and practice. It can be concluded that the implementation of an inclusive classroom, following the aforementioned steps, provides students, families, and teachers with an effective and constructive organizational structure.

Keywords: teachers; teaching; inclusive education.

Resumen

El presente trabajo fue desarrollado sobre la base de la importancia de proporcionar a los profesores herramientas metodológicas, que implican la educación inclusiva, como una forma de comprender que la familia, escuela y

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia, no Centro Universitário Internacional (UNINTER).

² Professor da Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas, no Centro Universitário Internacional (UNINTER).

alumnos son parte de un mismo universo y, que es necesario comprender la igualdad y la responsabilidad, y demostrar por medio de la legislación, el contexto histórico y metodologías del índice de inclusión, a partir del estudio bibliográfico, siendo posible aplicar la inclusión dentro del aula, utilizando el *software Prodeaf* que hace la traducción del portugués a libras, el *Wheelmap*, que es una empresa alemana, desarrolló con el fin de localizar entornos accesibles para minusválidos y el *eSSENTIAL Accessibility*, que funciona para ordenadores para proporcionar el control de ratón, teclado o pantalla. De esa manera, al comprender el papel del docente en la educación inclusiva, es necesario entender cómo abordar la metodología y aplicarla para desarrollar etapas, además de implementar la tecnología como aliada. Así, por medio de la revisión bibliográfica, fue posible definir una metodología basada en las concepciones de Booth y Ainscow (2011), Vygotsky (1989), Freire (2001), Saviani (1991), y así proponer una clase inclusiva y fundamentada en la teoría y la práctica. Por último, se puede inferir que, siguiendo los pasos que implican una implementación inclusiva en las clases, proporciona a los alumnos, familiares y profesores una estructura organizativa, eficaz y constructiva.

Palabras clave: docente; enseñanza; educación inclusiva.

1 Introdução

O sucesso pedagógico depende de um trabalho da escola junto à família, de acordo com Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei n.º 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei n.º 13.257/2016), rezam que as escolas têm a obrigação de se articular com a família e os pais o direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais.

Século XXI como a era de conhecimento, entre tantas novidades e informações no cotidiano e socioeconômico da família atual, diante das necessidades foram revertidos os papéis, onde a mãe também precisa estar ausente para trabalhar, diferente de anos atrás onde a mãe era a principal responsável pela educação dos filhos em casa enquanto o pai saía para trabalhar.

A vida moderna acarretou a falta de tempo dos pais na educação dos filhos, a velocidade de acontecimentos incluindo divórcios e ausências que dificultam na educação escolar, alguns fatores como a cultura, hereditariedade, gênero e ritmo na aprendizagem, a família é a “primeira escola”, onde prepara a criança para lidar com a sociedade e suas diversidades.

O professor que tinha a responsabilidade de transmitir seus conhecimentos científicos de aprendizagem, assume também o papel de educador, ocorrendo muitas vezes o aprendizado espontâneo, através de estudos realizados. Essa é uma questão que pode acarretar problemas futuros para o aluno/filho e à sociedade.

A inclusão é um assunto mundialmente discutido, mas que passou por diferentes fases, sendo evidente os desafios ainda persistentes. Vale ressaltar que, acessibilidade e lazer, são essenciais para concretizar o aprendizado, e proporcionar ao aluno com deficiências, o mesmo ensino disponível no ensino regular, e na vida moderna proporcionar ferramentas aos professores e familiares, para que o aprendizado seja empregado, oferecendo aos alunos uma posição de criticidade e igualdade.

Dessa maneira, considerando o referencial bibliográfico, e diferentes pesquisas que foram realizadas, analisar a importância da educação inclusiva e, como a abordagem, por meio de material pedagógico e lazer, pode direcionar a aprendizagem de forma igualitária, utilizando dessa forma a abordagem do Index da inclusão e o projeto pedagógico, para que o professor possa executar sua função de forma a proporcionar o aprendizado no ensino regular, aos alunos com necessidades especiais.

Assim, tendo por objetivo que fora empregado, a identificação de mecanismos educacionais, desenvolver a perspectiva social e docente sobre a metodologia inclusiva, reconhecer a legislação e o contexto histórico como fonte de informações, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, seja fundamentado por meio da proposta pedagógica, levando a compreensão do papel docente na educação inclusiva.

Portanto, este trabalho de conclusão de curso, visa demonstrar por meio da legislação, contexto histórico e metodologias expostas no levantamento bibliográfico, como é possível aplicar a inclusão dentro da sala de aula, abordando o aprendizado por meio de ferramentas tecnológicas, transformando o pensamento e compreender que a heterogeneidade está presente nas salas de aula, no ambiente de trabalho e nos acessos públicos.

De todo modo, o professor precisa tornar-se um profissional com visão integrada da realidade, compreender que um entendimento mais profundo de sua área de formação não é suficiente para dar conta de todo o processo de ensino. A inclusão é um assunto mundialmente discutido, mas que passou por diferentes fases, sendo evidente os desafios ainda persistentes, por isso, em sala de aula, se tornam pertinente desenvolver aspectos cognitivos, motores e sociais por meio de atividades adaptadas e inclusivas.

2 Metodologia

Por meio de levantamento bibliográfico, será relacionada uma pesquisa qualitativa envolvendo a gestão e o estudo da arte, em relação ao campo da educação inclusiva por meio da análise de artigos e livros. Dessa maneira, o professor deve estar atento a diferentes mudanças da sociedade e como implementar aulas que envolvam os alunos e familiares, convergindo assim o aprendizado.

Foi desenvolvida a percepção pedagógica da multimodalidade textual na educação inclusiva, direcionado a alunos com deficiência intelectual por meio da fundamentação teórica de Vygotsky (1989), Freire (2001), Saviani (1991). A compreensão pedagógica inclusiva é um importante ponto de partida para não apenas criar propostas, mas para elaborar atitudes de

inclusão, conhecer as particularidades do aluno e o que configura o problema dele, na concepção proposta pela Educação inclusiva, as especificidades de cada um não são vistas como problemas, mas sim como diversidade.

3 Fundamentação teórica

Atualmente a inclusão social vem sendo um assunto bem discutido, após os estudos realizados dos artigos e vídeo recomendados, nota-se que esse assunto vem sendo debatido e praticado durante vários anos no país e no mundo.

A história das pessoas com necessidades especiais começa no século XII, nesse período as pessoas com necessidades especiais eram consideradas incapazes de pensar e serem consideradas irracionais. A situação para essas pessoas começou a melhorar no século XV, com o início de pesquisas e com os avanços no século XVI, vários estudiosos se uniram e o padre Juan Pablo Bonet criou um alfabeto para que as pessoas surdas pudessem se comunicar.

No ano de 1878, em Paris, aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos/Mudos e, no ano de 1880 o II Congresso Mundial de Surdos/Mudos em Milão. Após esse congresso a linguagem de sinais foi proibida na Europa e no mundo.

Segundo Sasaki (1997), para entender a Educação Especial no Brasil, existem 4 fases que se desenvolveram com o passar dos anos. São elas:

1ª Fase - exclusão: anterior ao século XIX onde as pessoas eram excluídas do convívio e eram consideradas indignadas da educação regular.

2ª Fase - segregação: ocorreu no período imperial. Em 1854 foram criadas instituições importantes voltadas à educação das pessoas com necessidades especiais, como o Instituto dos meninos cegos, Instituto Benjamim Constant e, em 1857, o Instituto Nacional dos Surdos Mudos – Instituto Nacional Educacional de Surdos.

Após a criação desses institutos, que auxiliaram na educação das pessoas especiais, criou-se consigo uma forma de assistência filantrópica, que vinha com a intenção de socialização dessas pessoas. Já em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vinha dizer que as pessoas com necessidades especiais tinham direito de uma educação dentro do regime comum, também em 1961 uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trata que essas pessoas deveriam ter um trabalho educativo junto a educação geral.

3ª Fase - integração: deu-se em aproximadamente 1970, quando as pessoas com deficiência passaram a ter direito de frequentar escolas regulares e ter assistência nas chamadas

classes especiais. Essas classes eram segregadas dentro das escolas e vinham assistir cada pessoa de acordo com as suas particularidades e os horários eram diferenciados.

4ª Fase - inclusão: deu-se a partir da metade do ano de 1980 e em 1988, a Constituição Federal veio trazer a importância de as pessoas com deficiência passarem a ser incluídas nas classes comuns do ensino regular. Pensando nisso, a Constituição Federal de 1988 é considerado o principal marco da educação especial, porque é a partir dos artigos de n.º 206 e 208 da CF relata que toda a pessoa tem direito de estar no contexto da escola regular e de ensino de qualidade.

Após isso, em 1994, cria-se a Declaração Universal dos Direitos de Todos a Educação e a Declaração de Salamanca, que veio como um mecanismo para que se compreenda a inclusão, pois nessas estão inseridas as questões das necessidades básicas do aprendizado.

Em 1996 cria-se a LDB ou LDBEN 9394/96, que vem como um grande marco legal na inclusão da pessoa com deficiência, trazendo o ensino como uma forma transversal e não como um ensino separado. Fazendo com que a educação especial seja entendida como um apoio especializado.

No ano de 2007 e 2008 é publicado o documento denominado Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Sua publicação deu-se pela extinta Secretaria de Educação Especial, atualmente conhecida como Secretária de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Em 2008 cria-se a AEE (Atendimento Educacional Especializado), que vem servir de suporte para o desenvolvimento dos atendimentos realizados por professores especialistas em salas multifuncionais, que auxiliam com recursos materiais, tecnológicos, mobiliários, jogos e outros.

Após todos os marcos históricos e legais que a educação especial passou do ensino básico até o ensino superior no país. Segundo o Portal do MEC, de 2000 a 2010, houve um aumento de 933% de pessoas com deficiência no ensino superior e esse percentual vem aumentando com o passar dos anos. A maioria das pessoas com deficiência estão matriculadas no ensino privado que representa 60% a menos que o ensino público. É importante destacar a acessibilidade dessas pessoas e eliminar barreiras que dificultam o aprendizado, tais como barreiras pedagógica, físicas, arquitetônica e tecnológicas, fazendo com que as pessoas se sintam parte integrada da instituição.

A Lei n.º 9394/96 (LDBEN) – Art. 59. define que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

- II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV. Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V. Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Seguindo o Index, fica evidente como a constituição é importante para o desenvolvimento da sala de aula inclusiva, assim:

Para crianças diferentes, educação diferente, reza um princípio educativo. As crianças com atraso mental necessitam de uma educação apropriada, cuja denominação genérica é “educação especial”. Talvez a denominação não seja muito feliz, pois, de certa forma, a educação da criança com atraso é regida pelos mesmos que educação de qualquer criança e, por outro lado, toda educação tem muito de especial, no sentido de ser específica e individualizada para determinados alunos (Coll; Palacios; Marchesi, 1995, p. 240).

Portanto, uma ação individualizada deve ser aplicada, mas isso permeia o ensino para todos os alunos, pois quando o pedagogo desenvolve atividades educativas pensando em um contexto geral, deve refletir sobre como pode influenciar os alunos individualmente, como o uso de atividades acessíveis, que desenvolvam a capacidade motora e visual dos alunos, aprimorando a percepção de mundo.

O apoio à diversidade deve ser realizado de forma eficaz, por meio de práticas inclusivas, e a responsabilidade da gestão escolar em proporcionar ferramentas pedagógicas e ter estrutura escolar adequada, são o alicerce da estrutura inclusiva, por isso as dimensões A e B colaboram para auxiliar na compreensão sobre padrões de inclusão.

O Projeto Político Pedagógico da escola deve fornecer informações a respeito da linha metodológica que irá seguir durante o período letivo e, para isso, o currículo deve seguir o padrão acessível a todos, desde a educação infantil ao ensino superior, em que o pedagogo pode acompanhar os alunos e fornecer informações aos demais professores. Hernández (1998) define portfólio como:

Sendo um “continente de diferentes classes de documentos (notas pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, controle de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola, representações visuais etc.) que proporciona evidências do conhecimento que foi construído, das estratégias utilizadas e da disposição de quem o elabora em continuar aprendendo (Hernández, 1998, p.100)

Nesse momento, a teoria exposta é aplicada na prática na dimensão C, pois o professor pode desenvolver, criar, utilizar recursos e elaborar atividades voltadas para a inclusão. De acordo com Ide (2003), para organizar a aprendizagem de alunos com atraso intelectual, com transtornos funcionais específicos ou transtornos globais do desenvolvimento, é necessário:

Jogos livres, como os de papéis ou faz-de-conta, que favorecem a autonomia, a socialização e, conseqüentemente, uma melhor adaptação social no futuro;
Jogos orientados pelo professor, como educativos ou didáticos, que são relevantes para o desenvolvimento do pensamento e aquisição de conteúdo, porque proporcionam uma modificação cognitiva, ou seja, a passagem de uma postura de sujeito não pensante para sujeito ativo intelectualmente (Ide, 2003, p. 99).

Esses exemplos podem colaborar para o professor em exercício da função, pois o Index é uma forma de trilhar o caminho, mas as atividades para a aplicação requerem compreender como a turma se desenvolve ao decorrer do período letivo. Além disso, o pedagogo pode colaborar para a análise do material a ser usado, propondo a gestão escolar, sempre com bases científicas.

A natureza humana visa ter uma compreensão mais bem estabelecida em relação ao próximo, com isso, os direitos humanos estabelecem diretrizes capazes de iniciar uma base em relação à educação. Trata-se do direito fundamental, pois deve ser visto de uma forma coletiva, com ações afirmativas do Estado.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 define o valor da igualdade de direitos, assim o Estado tem por obrigação oferecer o ensino de qualidade, mas esse dever pertence à família e a sociedade para promover e incentivar a sua realização.

Contudo, é preciso ter uma organização lógica de funções, pois a Lei se torna uma ferramenta, mas para sua execução ser devidamente efetivada a aplicação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN-Lei 9.394/96) estabelece uma política nacional entre estados e municípios.

A LBDEN garante acesso a todos ao ensino, porém prioriza as séries obrigatórias, assim todos cursam o ensino obrigatório, mas a lei não garante vagas para todos nas universidades públicas, tornando as vagas concorridas e dificultando o acesso das pessoas à graduação.

Com a grande concorrência, pessoas oriundas de escolas públicas tendem a não ter bom desempenho quanto as que vieram do ensino privado, pois há falta de investimento e deficiências estruturais e administrativas que acabam por tornar o ensino público dos anos regulares de baixa qualidade em relação às escolas particulares.

Segundo Moreira (1998, p. 156):

[...] os conceitos de educação e ensino diferem quanto à sua amplitude e abrangência. Assim, o conceito de educação envolve todas as influências que o indivíduo recebe em sua vida, em diferentes instituições e circunstâncias variadas. O conceito de ensino

é mais restrito; é a educação escolar, que se desenvolve em instituições próprias, ou seja, as escolas. Nestes termos, todo ensino é educação, mas nem toda educação é ensino ou educação escolar (Moreira, 1998, p. 156).

Assim, alinhar a educação a legislação e constituição é o desafio a ser superado, pois compreender a fundo os diferentes vértices constitucionais, proporciona o viés de compreender que o direito à educação é fundamental, prestacional que envolve os direitos à segurança, à moradia e, também, à educação inclusiva.

Booth e Ainscow (2011), a partir do Index para a inclusão, abordam que a proposta desses professores é proporcionar uma linha pedagógica que extrapola os muros da escola, sendo possível adaptá-lo a qualquer ambiente, e ser utilizado em qualquer estrutura de ensino para promover a inclusão de alunos.

O Index divide-se em seis grandes partes:

1. Dedicar-se a indagação sobre a inclusão, sobre valores e princípios, demonstrando as dimensões, indicadores e questões;
2. Definir a inclusão como um processo de valores, voltando para o desenvolvimento institucional escolar;
3. O despertar da consciência, e intensificar ideias de toda a comunidade escolar;
4. A dimensão A: Construindo culturas inclusivas;
5. A dimensão B: Desenvolvendo políticas inclusivas;
6. A dimensão C: Cultivando práticas inclusivas.

No caso, o presente trabalho tem por finalidade desenvolver os caminhos metodológicos baseados na revisão bibliográfica e, assim, proporcionar ao professor ferramentas inclusivas, por meio da adaptação realizada. Visa utilizar a Estrutura de Planejamento, reformulando a ideia principal para atender alunos com necessidades especiais em diferentes contextos educacionais.

Quadro 1: Index para a Inclusão - Estrutura de Planejamento

O Index para a Inclusão - Estrutura de Planejamento
Dimensão A: Construindo culturas inclusivas
A1: Edificando a Comunidade
A2: Estabelecendo Valores Inclusivos
Dimensão B: Desenvolvendo políticas inclusivas
B1: Fazendo emergir a escola para todos
B2: Organizando o apoio e Diversidade
Dimensão C: Cultivando práticas inclusivas
C1: Construindo um currículo para todos
C2: Orquestrando a aprendizagem

Fonte: Booth e Ainscow, 2011, p. 11-12.

A partir dos indicadores A1 e A2, que são questionamentos expostos por Booth & Ainscow (2011), ocorre a reflexão sobre quais caminhos devem ser trilhados, para alcançar os objetivos da inclusão.

Por isso, a edificação da comunidade é baseada em como ela interage com a escola, como os pais e responsáveis estão envolvidos nas decisões promovidas pela escola e como o pedagogo está incluído em decisões e planejamento.

Inicialmente, para estruturar a escola e, conseqüentemente, a sala de aula, a ideia de um questionário para pais e alunos é essencial e eficiente, aproximando a gestão escolar e familiares.

Assim, para estabelecer os valores inclusivos, A2, “processo incessante voltado para o envolvimento de indivíduos, a criação de sistemas e ambientações participativos e a promoção de valores inclusivos” (Booth; Ainscow, 2011, p. 12).

Fica evidente que para estabelecer tais valores, é preciso edificar o ambiente de ensino. Pois as crianças em fase inicial de aprendizado, literalmente absorvem qualquer informação, por isso para tornar a aplicação pedagógica efetiva requer compreender individualmente os alunos, mesmo sendo uma tarefa difícil, recursos como portfólio individual, que permite reunir diferentes informações sobre os alunos.

E como método seria a realização de palestras informativas, para promover a interação de familiares e responsáveis com a escola, para que o ensino regular possa ter a informação necessária. Além disso, profissionais de saúde e psicólogos podem colaborar para essa adaptação inclusiva.

O pedagogo tem o papel de estar envolvido com o contexto escolar como um todo, pois a responsabilidade é proporcionar um ensino e ambiente adequado à igualdade. Fica evidente o desafio de modificar as práticas da integração, mas isso não requer apenas aceitação, afinal o que é novo propõe mudanças em todas as direções. E as mudanças sempre começam na parte interna, que nesse caso é a escola, mas é preciso auxiliar a parte externa que é a família. Sendo esse outro alicerce necessário para a construção da escola inclusiva, pois explica a seus filhos as necessidades especiais, bem como desenvolver competências e suas potencialidades, como transmite valores, ideias e crenças.

Para Silva (2010) os pais são capazes de proporcionar um ambiente estimulador para seus filhos. Nesse ponto o diálogo e as vivências são aliados nesse ambiente, pois favorecem a estimulação e o vínculo de confiança entre os pares. Conhecer o contexto que o aluno vive, ajudará a observar as razões pelas quais não está aprendendo e, principalmente, direcionar a

família com reuniões e atividades que envolvam outros alunos. Portanto, o Comitê de Ajudas Técnicas, proporciona um outro aliado para educação inclusiva, a tecnologia assistiva:

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Cat, 2007, p. 3).

A palavra-chave é autonomia, afinal com o trabalho em conjunto entre a comunidade, professores e profissionais da saúde é factível um resultado positivo, agregando conhecimento e aprendizado a todos os alunos.

Portanto, aplicativos e plataformas são aliados quando o assunto é educação, pois contribui para que exclusão comumente vista, seja realmente substituída pela inclusão. Como o software *Prodeaf* que faz a tradução do português para libras, o *Wheelmap* que desenvolveu um aplicativo com o intuito de localizar ambientes acessíveis para deficientes e o *eSSENTIAL Accessibility*, que funciona para computadores, para proporcionar o controle de mouse, teclado ou tela. Alguns exemplos ao alcance das mãos de professores, alunos e pais. Por isso, a importância de desenvolver a interligação de conhecimentos, sem sobrecarregar os alunos, além disso, é uma atividade que alunos com ou sem deficiência podem participar.

De acordo com as etapas pré-definidas, fica claro a importância da interação social, assim definido por Vygotsky:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. [...] Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento enraizado nas ligações entre a história individual e a história social (Vygotsky, 1994, p. 40).

Portanto, desde pequena a criança pode atribuir significado ao contexto presente à sua volta, por isso a importância do desenvolvimento de atividades inclusivas em conjunto com ensino regular, pois cada aluno percebe como o próximo tem importância, e assim pode descobrir uma forma de interagir e ajudar a outras pessoas, revelando seu ponto de vista social.

Meios tecnológicos, parques adaptados, brinquedos acessíveis e ambiente amigável são meios, para se alcançar os objetivos e, ao realizar os encontros e interligá-los com as aulas na sala de aula, cada aluno terá uma experiência para o futuro.

4 Considerações finais

Construir uma sociedade para todos não é uma tarefa simples, possui o caminho com dificuldades. Mas, a questão não é aceitar as diferenças, e sim o seu conhecimento, dando as mesmas possibilidades de crescimento para futuras realizações.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na Escola Regular, das possibilidades de se conseguir progressos por meio de práticas pedagógicas adequadas à diversidade, quando todos assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte da maneira que o ensino é ministrado. Afinal, não apenas os PNEE são excluídos, mas também os que possuem dificuldades financeiras, os que não vão às aulas porque trabalham, os que desistiram de estudar e querem retornar.

A escola e a família são parte fundamental no desenvolvimento dos alunos PNEE, são capazes de incentivar a superar obstáculos, a mostrar que os desafios serão difíceis, mas serão superados. E ao trabalharem juntos, a criança pode ter a autonomia necessária para desenvolver suas potencialidades. Professor, funcionários, pedagogos, psicólogos, família e sociedade, da mesma forma que o ar que respiramos, é composto de diversas substâncias, o conjunto de agentes educadores é essencial para recriar o ambiente de ensino, tornando a sociedade capaz de vivenciar mudanças estratégicas.

Em Pedagogia da Indagação de Paulo Freire (2000), expõe a sua análise, refletindo a respeito do direito e dever de mudar o mundo, e que a sociedade a qual lutamos para melhorar, não pode ser voltada apenas a elites, e que se faz necessário uma liderança capaz de guiar a todos igualmente. Assim, o patrono da educação consegue legitimar os pontos fortes da Constituição Federal, que por conhecida como Constituição Cidadã, ainda é preciso avaliar riscos, dificuldades e ações que proporcionem a evolução educacional nacional de forma uniforme e consistente.

O desafio diante de uma situação em que não existe mais a bifurcação entre o ensino dito tradicional e o vanguardista mostrou que, é preciso considerar diferentes metodologias, e utilizar a tecnologia como ferramenta possibilita o aprendizado, e assim compreende o index da inclusão e estratégias práticas para que as aulas sejam construtivas.

As atividades realizadas são demonstrações da necessidade de adaptação rápida e o mais eficaz possível diante do cenário que vivemos, em que se faz necessário implementar medidas inclusivas. Educadores e professores estão diante de um ensino de aprendizado, ou seja, ao mesmo tempo que são disseminados conteúdos, cria-se alternativas para apresentá-lo dentro de um cenário de incerteza da receptividade do aluno. Mais do que nunca, é imprescindível a elaboração de um

plano de aula ou projeto de ensino que traga o lúdico aliado ao dinamismo necessário para absorção das matérias; nesse sentido os modelos apresentados levaram essa premissa.

Na condição de professora tem-se aberto o leque da diversidade ao utilizar o incentivo da visualização e fixação com atividades de caráter interativo, como o uso de software. Além disso, a preocupação com a acessibilidade do aluno ao conteúdo faz com que sejam desenvolvidas metodologias sob a ótica à semelhança das redes sociais: fácil e abrangente, principalmente atreladas à educação especial inclusiva.

O século XXI, apesar de muito aquém do clássico desenho “Os Jetsons”, traz uma competição extensa entre o tradicionalismo e as relações sociais contemporâneas e o desafio do educador. Portanto, o aprendizado de novas ferramentas é fomento à transformação do educador em multimídia ator, numa sociedade cada vez mais lançada ao convívio e à inclusão.

Referências

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **The index for inclusion: developing learning and participation in schools.** London: CSIE, 2011.

BRASIL. Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016: Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n.º 12.662, de 5 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, v. 153, n. 46, 9 mar. 2016. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=09/03/2016>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, v. 131, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 17 out. 2024.

CAT. *In*: REUNIÃO DO COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS – CAT/CORDE/SEDH/PR, 7., 2007, Brasília, DF. **Ata [...]**. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

IDE, S. M. O jogo e o fracasso escolar. *In*: KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 1991

SILVA, A. M. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: Intersaberes, 2010.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.